

VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO DO  
VERNÁCULO: uma abordagem sociolingüística

Rosa Maria Assis  
UFMG

### Introdução

O quadro da realidade econômica brasileira evidencia que a grande maioria da população pertence às camadas populares, i.e., camadas de baixo poder aquisitivo. Assim sendo, "nem é preciso buscar razões ideológicas ou políticas para concluir que a escola é, fundamentalmente, uma escola para o povo" (Soares, 1986: 5). Entretanto, se por um lado não se pode negar uma já antiga preocupação do governo e de professores em busca de solução para a tão denunciada precariedade do ensino para o povo, através da democratização da escola, por outro lado, sabe-se que a escola ainda não conseguiu satisfatória e efetivamente atender a demanda das camadas populares, seja em termos qualitativos, seja em termos quantitativos. É um ensino marcado pelo fracasso, caracterizado pelo êxodo e pelo alto índice de repetência, sem falar no problema estigmatizador do analfabetismo que, em certas regiões, chega a um percentual médio de 60%.

Entretanto, com o avanço dos estudos sociolingüísticos, encontra-se já o respaldo teórico e metodológico necessários para se afirmar que uma das grandes causas (senão, a maior) do tão decantado fracasso escolar incide-se basicamente em **questões de linguagem** (e.g. Assis, 1982). Mesmo diante de tais estudos e investigações tradicionais dialetológicas que evidenciam uma ampla gama de variações dentro de um continuum dialetal, mantém-se arraigado no nosso sistema educacional o mito de que "somos um país privilegiado, pois do ponto de vista lingüístico tudo nos une e nada nos separa" (Bortoni-Ricardo, 1984:4). E, defendendo tal mito (que como todo mito é uma forma de se promover a alienação cultural), a escola ainda legítima e impõe com valor absoluto e exclusividade a norma padrão-culta usada pela classe de poder social, marginalizando, negando e desconhecendo a(s) variedade(s) não-padrão que realmente incorpora(m) e reflete(m) a vida - os anseios, as aspirações, as alegrias e tristezas - do po-

vo brasileiro.

Diante, pois, de tal atitude predominantemente pre-conceituosa e purista já se começa a delinear uma evidente e aparente causa do fracasso escolar das camadas populares e da manutenção, por exemplo, do índice de analfabetismo: **o conflito de natureza psico-social** proveniente do 'estigma' que as variantes mais distanciadas da fala padrão carregam dentro da comunidade.

Além do problema do conflito proveniente do estigma social, outra questão também relevante quando se (re)pensa particularmente o ensino brasileiro e, especialmente a questão do analfabetismo, refere-se ao desconhecimento por parte dos professores das regras linguísticas que fazem parte da competência comunicativa dos falantes de uma comunidade (e.g. Hymes, 1972; Sankoff, 1974). Tanto os sociolinguistas, quanto os teóricos da informação e etnógrafos da fala já, há muito, vêm se batendo num princípio básico de que toda comunicação é fundamentada não só no compartilhar de regras (gramaticais, fonológicas, semânticas, discursivas), mas também no partilhar do conhecimento pragmático. E, a escola continua não se comprometendo com tal partilhar de regras de interpretação e o professor permanece inabilitado para promover o necessário ajustamento entre a linguagem aprendida fora e dentro da escola (e.g. Labov, 1981). Assim podemos predizer outro problema que promove, sem dúvida, o fracasso escolar: **dificuldades de comunicação interdialetoal.**

E, ainda mais: a questão do fenômeno natural da **mudança de estilo.** Um dos postulados básicos da sociolinguística correlacional dita que a comunidade de fala é heterogênea e que não há falante de um só estilo (e.g. Labov, 1972 e 1981). Ora, na medida em que a escola adota com exclusividade e valor absoluto a forma ou estilo padrão/formal (que até certo ponto é um construto teórico), a escola está se alienando da realidade de fala e do dado natural, o que acaba por gerar e promover um ensino sem vitalidade, sem flexibilidade e criatividade tão necessários em qualquer produção. Veja que no nosso sistema educacional, o estilo informal, casual e/ou cotidiano, principalmente aquele mais polarizado (no sentido de maior distanciamento formal e padrão) tem sido objeto de correção e sanção e não algo a ser pesquisado, compreendido e inserido contextualmente na escola. Labov tem insistido na ne-

cessidade de se inverter tal posição, ou seja, inverter a visão de "erro" e/ou de deficiência e passar a considerar tais formas não-padrão não como sistemas isolados neles mesmos, mas subsistemas integrantes de uma ampla gama de estruturas que compõem um único sistema sociolinguístico de uma comunidade.

Especulando sobre as questões arroladas acima, agora num nível bastante impressionista, chego a pensar se o fracasso escolar nas camadas populares não seria resultante de um mecanismo de defesa que o sujeito utiliza como forma de sobrevivência, já que o sucesso implica na abdicação de seu registro linguístico utilizado nas suas relações de troca afetiva, "nas suas relações interpessoais e intersubjetivas" (Rocco, 1986: 31); implica no silêncio de sua fala e, conseqüentemente, no silêncio de seus desejos. Para ilustrar o significado de uma escola elitista, purista e silenciadora, transcrevo um trecho de uma conversa com um agricultor rural sem escolaridade:

M.M.M. ... às vez oceis tem uma fala deferente. Aí, a gente fica mei nervoso, né, aí trapaia tudo, né!

ENTR: O senhor queria falar assim, diferente?

M.M.O. Ieu? num dá não... Aí eu tinha que distrai meus dente, né! Tinha que botá pustiça, né! aí eu tinha né, tinha que mudã a pareença tudo que Deus me deu, né! (risos).

Acreditando, pois, na importância no 'trato' da linguagem como propulsora do fracasso/sucesso escolar, proponho repensar a questão do ensino do português, particularmente, repensar a questão do analfabetismo do adulto no que concerne a problemas de linguagem. Para atingir tal objetivo, vou me valer do quadro teórico do modelo sociolinguístico, estruturando a investigação da seguinte maneira: 1. Descrição e análise de pontos da gramática comunicativa (e.g. Downes, 1984) de falantes de uma comunidade rural sem escolaridade, usando a norma culta como parâmetro; 2. Avaliação do grau de dificuldade de comunicação interdialetoal proveniente da coexistência e/ou coocorrência de variantes em conflito de valor; 3. Verificação de um dos conceitos do modelo sociolinguístico que estabelece socioleto em termos de camadas freqüenciais" (Labov, 1981 e 1972; Sankoff, 1974; Downes, 1984); 4. e busca de evidências

empíricas que comprovem que muitos dos 'erros' gramaticais não são mais que variantes decorrentes do fenómeno natural da heterogeneidade do sistema lingüístico.

Ressalto que este trabalho não é, de forma alguma, pioneiro, nem mesmo como proposta, mas que, somado a outros que já seguem o modelo da teoria da variação, espero contribuir para uma avaliação ou reflexão mais acurada e realística da questão que ora se coloca: heterogeneidade dialetal e o ensino no Brasil.

### **Variantes morfo-sintáticas não-padrão vs. padrão e suas implicações no ensino e no processo comunicacional<sup>1</sup>**

#### **Orações relativas**

Segundo LEMLE (1978), para construções com orações relativas que modificam um sintagma nominal (SN) regido por preposição, a forma gramatical da norma-padrão da língua portuguesa possui duas formas correspondentes no dialeto não-padrão, respectivamente:

- (1) Ganhei um sabonete **do qual** não gostei (padrão)
- (2) Ganhei um sabonete **que** não gostei **dele** (não-padrão)
- (3) Ganhei um sabonete **que** não gostei  $\emptyset$  (não-padrão)

Dentre este grupo de variantes sociolingüísticas, dados do dialeto rural revelam o seguinte índice de freqüência no desempenho (Quadro 1).

QUADRO 1

PADRÃO	NÃO-PADRÃO	
	Forma (2)	Forma (3)
Forma (1)	Forma (2)	Forma (3)
0/85 = 0%	14/85 = 16,4%	71/85 = 83,5%

Freqüência das orações relativas que modificam um SN - dialeto rural.

A forma (3), conforme demonstra o Quadro 1, mais simples em termos de não redundância de informações, provou ser a estrutura favorecida pela comunidade rural e a forma (1), legitimada pela escola, simplesmente ine-

xiste. A forma não-padrão (3), marcadora do dialeto rural, caracteriza-se pelo cancelamento da preposição e pela ausência do pronome-cópia, se comparada às formas (1) e (2). Exemplos da forma (3):

- (1) o moço **que** eu sai mora ali na Portera.
- (2) o home **que** eu casei foi embora de vez.
- (3) a muié **que** eu falei vem lá.
- (4) a semente **que** eu trabiava num acha prá comprar mais.

Curiosamente, TARALLO (1986:59) comprova que a referida forma (3) goza de prestígio sociolinguístico na comunidade urbana, sendo que (2), muito difundida na fala coloquial, provou ser avaliada como estigmatizada. Veja que, ironicamente, a comunidade legítima uma variante não-padrão (3) que é considerada pela escola como "erro", como deficiência que deve ser 'sanada'. Este dado é interessante, pois evidencia que a escola não considera a avaliação sociolinguística da comunidade ao legitimar uma norma culta. Ora, é um paradoxo pensar que uma estrutura morta e artificial como a variante (1) é vital para que um indivíduo seja bem sucedido na escola; o que significa que a escola impõe a morte de variantes do universo linguístico não-padrão que, exatamente, representa psicologicamente a vida do indivíduo em suas raízes, a sua própria identidade.

Retomando os dados, vamos encontrar em 80 composições de 1º Grau, 256 estruturas do grupo de relativas em estudo. Destas 256, os resultados quantitativos foram os seguintes em termos de percentual de frequência (2):

#### QUADRO 2

Relativa Padrão	Relativa não-padrão	
Var. (1) - preposicionada	Var. (2) com pro- nome cópia	Var. (3) - ØØ
13/256 = 54%	97/256 = 37,7%	146/256 = 57%

Frequência de orações relativas em composições escolares de 1º Grau - 1987 - Camadas populares.

E, dentre as 243 orações relativas não-padrão, os professores consideraram 57 como "erros" e impuseram a norma-culta (1), conforme pode-se verificar na tabela abaixo. Realmente, os dados vão de encontro com resultados de TARALLO (1986) onde a variante (2) é avaliada muito mais como estigmatizada que a variante (3), uma vez que aquela é mais sujeita às correções que a (3):

QUADRO 3

Relativas Não-Padrão	
Var. (2)	Var. (3)
91/97 = 93,8%	51/146 = 34,9%

Frequência de relativas não-padrão consideradas "erros" e "corrigidas" pelo professor nas composições escolares de camadas populares - BH. 1987.

Com relação à compreensão das orações relativas em questão verificamos que a forma (1), além de não ser usada pelos falantes rurais (Ø), não é facilmente decodificada trazendo problemas ou de ordem gramatical, pois dificulta a recuperação do referente, e/ou de ordem social, na medida em que é avaliada como sendo uma "fala deferente" (ver citação, na Introdução, do falante M.M.O.). Observem as seguintes transcrições:

- (5) Entr.: - Seu Miguel, o milho **com o qual** o senhor trabalha é bom, é novinho? (VAR. 1)  
M.M.O. - Cumé que ê? Se o mio é bão, é novinho?  
Entr.: - O senhor não entendeu o que eu perguntei?  
M.M.O. - É porque às vez oceis tem uma fala deferente...
- (6) Entr.: - Seu Zê, essa enxada **que** o senhor está trabalhando **com** ela num está cega não?(VAR.2)  
M.M.O. - Ah, qué vê! corta até pescoço de boi...
- (7) Entr.: - A dona Mariazinha me falou **que** a mulher que o senhor casou foi embora, não está aqui mais não? (VAR. 3)  
M.M.O. - É. Ela foi embora mais o cumpadre. O cum-

padre vivia rudiano, rudiano. Aí, um dia, ele levô ela pra Ribera. Levô ela de barriga e tudo. Safada né! Muiê num dá pra confiã não. Lã na Bíblia fala assim da muiê, né.

Os informantes sempre reagem com incerteza e insegurança quanto ao conteúdo semântico de orações relativas padrão, o que nos leva a concluir que é realmente uma variante que prejudica a interação comunicacional, ou seja, as relações de troca, as relações no nível interpessoal e intersubjetivo. As variantes não-padrão do tipo (2) e (3) não oferecem qualquer problema gramatical, embora (3), como vimos, é favorecida pela comunidade rural em termos de produtividade no desempenho lingüístico.

#### **Ausência de Determinante antes de Sujeito Determinado**

Como característica do português, a ausência de Determinante (Det) se dá frequentemente com sujeito genérico ou sujeito não-especificado quando o SN sujeito contiver um Nome comum. Entretanto, dados do dialeto rural revelam que a ausência de Det. antes de sujeito especificado ou genérico é uma marca lingüística natural na comunidade.

Exemplos:

- (8) Ø Marido foi embora, foi vivo e eu tô aí pelejano, né!
- (9) Ø Mãe, Ø bichano dormiu debaxo da minha cama
- (10) Moça, Ø pai num chegô não, Ø mãe também não
- (11) Ø Fia tá la na lavora. Demora não

Segundo NASCIMENTO (1979), o perfeito do indicativo está entre os tempos verbais classificados como não-genérico e, como não-genérico, só pode ocorrer com um SN sujeito que vem antecedido obrigatoriamente de um artigo definido (Det) - quando o SN contiver um N comum. Caso contrário, a sentença é considerada agramatical no português. Exemplos e numeração de Nascimento:

- (182) a. \*Gato comeu carne  
b. O gato comeu carne
- (186) a. \*Anta comeu insetos  
b. A anta comeu insetos

- (206) a. Canguru pulou  
b. O canguru pulou

Ora, diante dos dados arrolados de (8) a (11) podemos verificar que a análise de NASCIMENTO fica contrariada. Sob o ponto de vista da Teoria da Variação, tais sentenças de (8) a (11) e as de (182 a.), (186 a.) e (206 a.) deixam de ser consideradas como não-gramaticais e ganham o status de variantes sociolinguísticas, o que muda radicalmente o enfoque de análise. Assim, entre as duas variantes linguísticas que coexistem no português e co-ocorrem no dialeto rural, ou seja,

- (12) a. Ø Gato comeu carne  
b. O gato comeu carne,

(12 a.) se estrutura pela ausência do artigo definido (Det) e é avaliada pela escola e pela comunidade urbana como variante estigmatizada marcadora da fala de pessoas incultas, que deve ser "corrigida". E, a escola assim o faz...

#### **Morfemas flexionais dos verbos**

As noções do verbo em português abrangem os dois morfemas flexionais de tempo e modo de um lado, e de outro, de pessoa e número (MATTOSE CAMARA, 1970:87). Neste trabalho limitaremos a questões relacionadas à flexão de pessoa e número e a um simples levantamento de tempo e modo verbal que caracterizam a fala rural em oposição ao sistema padrão adotado nas escolas.

#### **- Sistema de Número e Pessoa do Verbo**

A respeito das categorias de número e pessoa, diz PONTES (1972) que no português coloquial (urbano-universitário) temos "um sistema em que as formas do verbo se opõem duas a duas - de um lado as que incluem a pessoa do falante, de outro as que excluem; cada uma das duas diferencia-se da outra, por sua vez, conforme se refira a uma ou mais de uma". Considerando 1 como a pessoa do falante, PONTES estabelece um quadro em que as colunas verticais se diferenciam conforme incluam a pessoa do falante (+1) ou não (-1), e as colunas horizontais se diferenciam conforme haja referência a uma pessoa (Singular) ou mais de uma (Plural):

QUADRO 4

	+1	-1
Singular	P1	P2
Plural	P3	P4

Oposição de Número-Pessoa do Verbo para o português coloquial.

FONTE: PONTES, 1972.

Observando, porém, dados da comunidade rural, verificamos que seu sistema flexional de número-pessoa é ainda mais simplificado, apresentando diferenças em relação ao sistema apresentado por PONTES para o português coloquial que, por sua vez, também apresenta diferenças em relação ao sistema flexional padrão escolar. Enquanto no português coloquial temos um sistema com quatro pessoas flexionais distintas, no dialeto rural predomina apenas duas pessoas: de um lado, as formas que se referem ao falante exclusivo (+1) e, de outro, as que se referem ao falante não-exclusivo (-1). Isto é, não há o paradigma opositivo entre formas do singular e formas do plural.

Alguns exemplos da fala rural:

- (12) A.R.P. - eles **tira** o quarto ano
- (13) M.B.B. - nós **pranta** é mamona
- (14) E.V. - a gente **percisa** d'uma escola
- (15) R.J.O. - eu **alembro** de todos

Como se pode observar, a variante rural do sistema flexional do português é mais simplificada e a única oposição existente é de Pessoa:

- P1 - **pessoa marcada** para 1ª. pessoa do discurso e equivalente a P1 de PONTES para o português coloquial (universitário)
- P2 - **pessoa não-marcada**, equivalente à P2 de PONTES, porém, referindo-se às demais pessoas do discurso, ou seja, ao falante não-exclusivo.

A escola, por sua vez, adota um sistema particular, seguindo a tradição latina, com seis pessoas flexionais distintas para número-pessoa do verbo, cuja o-

posição se dá entre as três pessoas do singular e as três pessoas do plural. Isto é, de um lado as formas que incluem o falante (1) e, de outro, as que excluem o falante (-1), cada uma apresentando variações flexionais conforme o número ( $\pm$  plural), com a diferença que Pl possui duas formas distintas conforme refira-se à 2a. ou 3a. pessoa do discurso.

Resumindo, o sistema flexional para pessoa-número do verbo em português apresenta-se sob três maneiras alternativas distintas. O sub-sistema do dialeto rural é mais simplificado, com oposição de duas pessoas do verbo, sem, contudo, apresentar distinções quanto ao número. O do português coloquial, intermediário, com duas pessoas distintas, mas cada uma apresentando-se sob o paradigma de número ( $\pm$  plural) e o padrão-escolar, mais complexo em termos qualitativos e quantitativos, apresenta um sistema com seis pessoas gramaticais, duas para pessoa, variando conforme se refira a uma ou mais e conforme as pessoas do discurso. O sistema particular adotado nas escolas inevitavelmente gera problemas para o falante rural ao ingressar na escola. Primeiro, por questões gramaticais, uma vez que grande parte das flexões não fazem parte de sua gramática e, segundo, porque das flexões verbais padrão depende o processo obrigatório da concordância verbal exigido no registro culto-escolar.

#### **- Tempo e Modo do Verbo**

Além do sistema flexional padrão de número-pessoa do verbo, outra questão talvez ainda mais problemática para as camadas populares refere-se às noções gramaticais de tempo-modo do verbo. Tomando como parâmetro a classificação tradicional normativa, ou seja, a oposição modal em Indicativo, Subjuntivo (e Imperativo) e a divisão temporal tripartida em Presente, Pretérito e Futuro, verificamos na comunidade rural o seguinte resultado:

QUADRO 5

	INDICATIVO	SUBJUNTIVO	IMPERATIVO
Freqüentes	. presente . pretérito perfeito . pretérito imperfeito	. pretérito imperfeito . futuro do presente	
Nulos (Ø)	. pretérito mais que perfeito . futuro do presente . futuro do pretérito	. presente	. afirmativo  . negativo

Morfemas flexionais de Tempo-Modo para P1 e P2  
freqüentes e nulos no dialeto rural.

O futuro do presente é sempre indicado por uma estrutura composta do verbo auxiliar 'ir' seguido de um infinitivo (ir-r).

Exemplos:

- (16) Pai vai i(r) nos comércio amanhã
- (17) Eu ainda vô compra(r) uma casa pra morã
- (18) Vai da(r) muito argodão esse ano

Como se pode observar no quadro 5, as formas flexionais para tempo-modo no dialeto rural é em número bem reduzido. Aliás, as formas para futuro do pretérito e do futuro do presente que apresentam ocorrência nula já foram consideradas por PONTES (1972) como formas marginais do português coloquial e típicas da língua literária e o mesmo pode-se dizer para formas do pretérito mais que perfeito. Quanto ao modo Imperativo, também é considerado tão marginalizado na fala que PONTES já estabelece o paradigma modal em apenas Indicativo e Subjuntivo. Verificamos, por outro lado, que certos tempos verbais de ocorrência nula na fala rural podem efetivamente gerar uma série de conflitos e problemas quanto a interpretação semântica das sentenças:

- (19) Entr.: Dona Sebastiana, a senhora **colhera** bastante feijão?  
 S.D. : Como? Se nós **vai coie** bastante feijão? Porque, **coie** nós já **coie**, já cabô. A gente já intê vendeu lá nos comércio.
- (20) Entr.: Ô João, você **contaria** um caso pra mim bem interessante?  
 J.M. : Se eu **conto** um caso? Ai minha Nossa Senhora, eu num me alembro não.
- (21) Entr.: Ô João, você **contará** ou não um caso pra mim?  
 J.M. : Pra **contá** um caso? dexa vê. **Vou contá** o caso da muiê que morreu fincada no pau e que a gente veve ovino os grito dela intê hoje.

Todas as perguntas feitas nas entrevistas acima se estruturam pela flexão de P2 que não traz problemas quanto a interpretação semântica de pessoa do verbo, mas, por outro lado, apresentam flexões de tempo verbal que não fazem parte da gramática do dialeto rural, ou seja, em:

- (19) **colhera** - pretérito mais que perfeito (ocorrência  $\emptyset$ )
- (20) **contaria** - futuro do pretérito do indicativo (ocorrência  $\emptyset$ )
- (21) **contará** - futuro do presente (ocorrência  $\emptyset$ ).

e, o resultado evidencia que (19) se estrutura pela presença de um tempo verbal que gera problemas quanto à interpretação semântica da sentença; o pretérito perfeito é interpretado semanticamente como futuro do presente. Em (20), o ouvinte também demonstra incerteza quanto ao conteúdo semântico temporal do verbo e em (21) o ouvinte interpreta com facilidade, porém não emprega o futuro do presente do indicativo e, sim, a construção equivalente semanticamente 'ir-r'.

Concluindo, podemos dizer que o sistema flexional padrão de número-pessoa e de tempo-modo do verbo podem representar sérios problemas para um falante rural, seja em termos gramaticais, seja em termos comunicativos.

### - Reflexivização

O fato expresso pelo verbo pode ser representado, entre outras, pela forma reflexiva. Reflexiva, por sua vez, é caracterizada como o fato praticado e sofrido pelo sujeito da oração, onde o objeto é a mesma pessoa do sujeito:

- (22) Roberto feriu-se  
          i                  i
- (23) Eu me vesti  
          i  i
- (24) Nós nos vestimos  
          i  i

Segundo CUNHA (1972:369), "exprime-se a voz reflexiva juntando-se às formas verbais da voz ativa os pronomes oblíquos me, te, se, nos, vos, se (singular e plural)". Entretanto, verificamos que na comunidade rural é utilizada uma outra forma, ou variante, para a reflexivização. Constatamos que os pronomes oblíquos, marcadores gramaticais do processo de reflexivização, inexistem no dialeto rural (ocorrência  $\emptyset$ ), e a noção de reflexiva se faz de duas maneiras alternativas:

a) ou o verbo de natureza transitiva é empregado intransitivamente e o contexto situacional passa a ser peça chave na interpretação da correferencialidade entre objeto vazio e o sujeito.

- (25) As companhera banhô  $\emptyset$  e saiu  
                          i                  i
- (26) Eles banha  $\emptyset$  lá no tanque  
                  i                  i
- (27) Ele envenenô  $\emptyset$  e morreu  
                  i                  i
- (28) O jeito é a gente conformã  $\emptyset$   
  i                  i

b) ou o objeto vem na forma de pronome pessoal reto acompanhado **obrigatoriamente** do item lexical 'mesmo (a)', o que dá a exata noção semântica de reflexivização:

- (29) Ele matô **ele memo**  
                  i                  i
- (30) Fia **minha** já banha **ela mema**  
                  i                                  i

- (31) A gente que veve sozinha, aí é a gente que  
i  
consola a gente **memo** das desgraça  
i

Novamente estamos diante de estruturas lingüísticas não-padrão que por não serem consideradas como variantes, mas como 'erros' e deficiências lingüísticas que devem ser sanadas, podem constituir sérios problemas para os alunos de camadas populares no processo de aprendizagem escolar. Pelas transcrições que se seguem, pode-se comprovar que além da reflexivização padrão não ser uma regra que faz parte da gramática do falante rural analfabeto, ela pode representar um sério ruído no processo comunicacional na medida em que o falante tem dificuldades em recuperar a correferencialidade existente entre o sujeito e o objeto na forma de pronome oblíquo (principalmente com o 'se' que foi testado):

- (32) Entr.: A senhora conhece alguém que se matou?  
V.P. : Conheço. Já vi falano que morreu um mucado de gente matado lâ em Maria da Cruz. Morreu cinco matado. /.../ Um sozinho matô  
i  
cinco.  
y
- (33) Entr.: Você conhece alguém que se matou?  
P.F.L.: Como assim? que suicidô
- (34) Entr.: Você conhece alguém que se matou?  
M.D. : Conheci. O seu Geraldo. O que ele matô tava brigano com o filho dele. Aí, o seu Geraldo matô ele  
i y
- (35) a. Entr.: Dona Maria, o seu marido se barbeia?  
M.D. : Não!...
- b. Entr.: O seu marido, o sô Zê, faz barba?  
M.D. : Faiz. Faiz sim, mais num é todos dia não
- c. Entr.: Quem faz a barba dele?  
M.D. : As veis **ele** barbeia lâ no Quinca, otras  
i  
veis é **ele memo**. Sô que agora tã difi-  
i  
cultoso de comprã material e aí ele vai mais é no Quinca, quando dã de i(r).

Como se pode observar, em (32), (34) (35 a.) as respostas demonstram que a noção de reflexivização não foi devidamente captada e, em (33) o falante demonstra incerteza, insegurança, quanto ao valor semântico da pergunta. É curioso observar que em (32) e (34), a sentença é interpretada exatamente ao contrário, ou seja, recebe uma interpretação de **não-correferencialidade** entre o sujeito e o objeto (na forma de pronome oblíquo). Se essa hipótese de que o 'se' favorece a interpretação de não-correferencialidade for verdadeira podemos dizer que a resposta negativa em (35 a.) significa que o 'marido não faz barba em outras pessoas' e não, que seja um caso de não-interpretção semântica da sentença. Neste caso, precisaríamos de mais dados para comprovar tal hipótese.

### Indeterminação do sujeito

Segundo a tradição gramatical normativa, caracteriza-se sujeito indeterminado quando "o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento" (CUNHA, 1972:140). Neste caso, continua CUNHA, em que o sujeito não vem expresso na oração nem pode ser identificado, põe-se o verbo:

- a) ou na 3a. pessoa do plural:  
(36) **Deram** uma gorgeta para o garçon
- b) ou na 3a. pessoa do singular, com o pronome 'se':  
(37) **Precisa-se** de empregada  
(38) **Vive-se** bem aqui

Entretanto, como dissemos anteriormente, a oposição flexional de número (singular e plural) para pessoas do verbo não faz parte da gramática do falante não-escolarizado; o que é suficiente para comprovar que o recurso gramatical empregado em (a) acima já fica, a priori, excluído do rol das regras alternativas de indeterminação do sujeito no dialeto rural. O mesmo acontece com (b), já que o pronome 'se', quer funcione como marca de reflexivização (como vimos na seção anterior), quer funcione como marca lingüística de indeterminação, não faz parte da gramática do falante rural (ocorrência  $\emptyset$ ).

Relembrando, vimos que o sistema flexional rural

só apresenta a oposição paradigmática de pessoa do verbo, e não, de número. Estabelecemos, assim, P1 como forma marcada para falante exclusivo e P2 como forma não-marcada para pessoa. Pois bem. Coerentemente e harmonicamente com tal sistema flexional, o falante rural indetermina o sujeito usando como recurso gramatical exatamente a forma de P2, ou seja, a forma não-marcada do verbo (antecedida de sujeito vazio). Veja que com tal observação, a forma de P2, não-marcada, passa a referir-se não apenas à pessoa do falante não-exclusivo, mas também à pessoa indeterminada no discurso.

Exemplos do dialeto rural:

- (39) Ø precisa de muita chuva pra moiã esse torrão seco  
 (40) Ø paga mal aqui na roça  
 (41) Ø vevi mal na roça, Ø num tem satisfação nenhuma  
 (42) Ø trabaia muito aqui e Ø paga poco demais.

Com todas essas verificações, podemos dizer que para o português padrão-culto há duas formas lingüísticas para indeterminar o sujeito e na fala rural há apenas uma variante que, se comparada à regra (a), exemplo (36) e à (b), exemplo (37), caracteriza-se pela ausência do traço de pluralidade e pelo cancelamento (ou ausência) do pronome objeto 'se'. Em outras palavras, a variante rural é mais simples na medida em que não se estrutura pela redundância de informações.

É interessante notar que a reação do falante rural diante de estruturas com 'se' indeterminado é sempre de incerteza e insegurança quanto à interpretação semântica da sentença, como também ocorre com o 'se' reflexivo já discutido anteriormente. Observem os seguintes exemplos:

- (43) Entr.: Come-se bem aqui na roça?  
 S.N. : A senhora tã perguntano se nóis come bem?  
 (44) Entr.: Trabalha-se bastante aqui na roça?  
 S.N. : Se nóis trabaia bastante?  
 (45) Entr.: Come-se bem aqui na roça?  
 M.D. : Como assim? Como que ocê falô?

Há momentos em que o falante capta prontamente a noção de indeterminação, mas nunca utiliza a estrutura padrão-culta na sua resposta e, sim, emprega a forma não-marcada com posição de sujeito sintático vazia:

- (46) Entr.: Paga-se bem aqui na roça?  
S.N. : Ø **Paga** nada
- (47) Entr.: Trabalha-se muito aqui?  
M.D. : Trabaiaã, Ø **trabaia**.

Novamente, podemos concluir que estruturas padrão-culta indicativas da indeterminação do sujeito podem gerar sérios conflitos psicossociais e problemas de compreensão de tal maneira que corroboram tranquilamente com o insucesso de um falante de camada popular na escola.

Provavelmente, já se tornou claro que mencionamos os casos de indeterminação explicitamente considerados pela tradição gramatical escolar, ou seja, com verbos de natureza transitiva indireta e de natureza intransitiva. Entretanto, se seguirmos a análise de SAID ALI (1966) e MARIANO (1973), podemos integrar os verbos de natureza transitiva direta seguida do pronome 'se' no ról das construções indeterminadas. Assim o fazendo, dados do dialeto rural confirmam que o resultado encontrado é idêntico às construções com o pronome 'se' com verbos intransitivos e transitivos indiretos. Daí, porque acho desnecessário entrarmos em detalhes, a não ser fornecer alguns exemplos coletados para servir de ilustração e referência na comparação com os dados de (39) a (42):

- (48) Ø **planta** mio nas cova de fejoa  
(49) Ø **compra** é banha, óleo, farinha  
(50) Ø aqui num Ø **usa** estudã não,

cujas variantes padrão-culta equivalentes seriam, respectivamente:

- (51) Planta-se milho nas covas de feijão  
(52) Compra-se banha, óleo, farinha  
(53) Aqui não se usa estudar (não).

E, para as estruturas não-padrão de (39) a (42), as estruturas padrão-culta equivalentes seriam, respectivamente:

- (54) Precisa-se de muita chuva para molhar este torrão (seco)  
(55) Paga-se mal aqui na roça  
(56) Vive-se mal na roça, não se tem satisfação alguma  
(57) Trabalha-se muito aqui e paga-se pouco demais

Até agora falamos de estruturas indeterminadas com **sujeito vazio**. Entretanto, há outras maneiras de se indeterminar o sujeito/agente quando este é pleno, ou preenchido lexicalmente. Um dos elementos mais empregados pelos falantes rurais é a forma pronominal 'a gente' (ASSIS VEADO, 1982). Conforme afirma VASQUEZ CUETAS (1961 apud MARIANO, 1973), "conservando un ligero matiz impersonal, a gente 'la gente' se emplea en lugar del pronombre de primera persona del plural nós 'nosotros' com el verbo en tercera del singular..." Aliás, nota-se um acentuado favorecimento pelas formas indeterminadas na comunidade rural, mesmo em situações cujo discurso deveria ser estruturado com a presença do 'EU'. É o caso que se segue de perguntas dirigidas diretamente ao falante rural, o qual responde usando a forma indeterminada 'a gente':

- (58) Do que **você** está sentindo mais falta aqui na roça?  
 E.V. : **A gente** precisa de uma escola
- (59) Entr.: **Você** sente falta dos estudos?  
 P.R. : **A gente** sente falta demais
- (60) Entr.: O que que **você** faz no sábado e domingo?  
 P.F.L.: Sábado, domingo, **a gente** sai pr'um lugar que tem futebol
- (61) Entr.: **A senhora** já frequentou escola?  
 V.P.S.: **A gente** num entrava na escola porque num tinha

Frequentemente, também, observa-se que o falante inicia seu discurso na 1.ª pessoa do discurso (=Pl - falante exclusivo) que, imediatamente, é revertido para a forma indeterminada 'a gente':

- (62) Entr.: **Você** passeia muito?  
 L.P.S.: Tem dia que **eu** na rua vô puque tem dia que **a gente** vai na rua, óia assim...
- (63) Entr.: Dona Antônia, o que que a senhora faz em casa? Como é o seu trabalho?  
 A.A. : Ah! **eu** faço café, faço armoço, **a gente** lava vazia, óia menino, assim...

Especulando sobre a ocorrência de sentenças do tipo mencionado de (58) a (63) que ocorrem com grande frequência na comunidade rural chego a suspeitar (se é que já não é evidência!) que a mudança do 'EU' (ou forma marcada para Pl) em benefício de 'a gente' ou em

benefício de outras formas indeterminadas como (P2 - forma não-marcada):

- (64) V.P.S.: **faço** café, **faiz** armoço /.../  
(P1) (P2)
- (65) M.J. : **Vô** fazê café, **botã** um feijãozinho no fogo,  
(P1) (P1)  
**botã** um salzinho nele e **come** e **dã** os fio  
(P2) (P2) (P2)
- (66) V.P. : **Faço** premissa prá um, **faiz** pra otro,  
(P1) (P2)

seria nada mais que um reflexo psico-lingüístico da vida marginalizada do homem rural. 'Ele' na sua individualidade de 'ser' nada significa para uma sociedade cujos valores se incidem sobre o 'ter'. Assim, sem poder social e sem importância econômica, 'ele' mesmo se auto-indetermina, se auto-marginaliza no seu processo de individuação.

Retomando aos dados, chamo a atenção para a preferência também do emprego da forma 'a gente' quando equivalente ao pronome 'nós', o que se pode verificar no quadro 8, que se segue:

#### QUADRO 8

---

'a gente'	nós
65/76 = 86%	10/76 = 13,1%

---

Freqüência da forma pronominal 'a gente' quando equivalente ao pronome pessoal 'nós' na fala rural.

Tal preferência pelo emprego de 'a gente' em lugar de 'nós' já é citado por gramáticos tradicionais, tais como CUNHA (1973): "na linguagem coloquial, emprega-se a gente por nós /.../", embora a escola tenda a 'corrigir' esta preferência na medida em que a linguagem 'ensinada' segue o registro 'correto', ou seja, o registro formal-culto. Portanto, novos problemas à vista para o falante rural...

#### Construção passiva 'ser - do'

Dentre as estruturas indeterminadas do português abordadas no item anterior, MARIANO (1973) considera

que a "passive actorless", representa o caso extremo de indeterminação do agente em português. Tal construção passiva 'ser - do', entretanto, não é assim estruturada no dialeto rural, embora os testes evidenciam que é uma regra que não constitui problema quanto a interpretação semântica. À primeira vista, parece existir uma variante lingüística alternativa para a noção de passivização, conforme os dados abaixo nos leva a crer:

- (67) Entr.: o milho é plantado nas covas de feijão?  
S.N. : Não. O **milho planta** nas cova de feijão  
(68) M.D. : O queijo vende nos comércio, quanto tem  
(69) J.L. : As verdura num vende não que é pro gasto  
(70) M.L. : Banha comp-a é na venda  
(71) J.L. : Feijão côi na seca e pranta nas chuva, no inverno

Embora tenhamos registrado apenas os cinco únicos dados de (67) a (71), a própria estruturação nos leva a crer que estamos diante de uma variante de passiva não-padrão. Neste caso, a marca de passiva vem representada pelo emprego do **paciente** em posição de sujeito sintático seguido, inclusive, da forma verbal de P2 - forma não-marcada - o que, de certa maneira, dá mais consistência e coerência ao fato de poder ser uma estrutura passiva e ao mesmo tempo uma estrutura indeterminada (sem agente).

Resumindo, se compararmos (67) com a estrutura padrão 'ser - do' em (72),

- (67) O milho planta,  
(72) O milho é plantado,

verifica-se que ambas têm em comum o fato de apresentarem o **paciente** em posição de sujeito sintático (o que marca a voz passiva) e, por outro lado, têm em comum o fato do agente estar ausente, o que dá a ambas o matiz de indeterminação. Além do mais, como falante nativo, sabemos intuitivamente que (67) e (72) constituem "maneiras alternativas de se dizer a mesma coisa com o mesmo valor de verdade" (TARALLO, 1986), o que é requisito básico e indispensável na classificação de **variantes** lingüísticas. Neste caso, (67) representaria uma variante não-padrão, estigmatizada pela escola e (72) a variante padrão, prestigiosa e correta.

## Conclusão

Pela descrição das regras gramaticais arroladas no corpo do trabalho, pode-se comprovar que realmente há diferenças marcantes (embora sistematizáveis) entre as formas padrão legitimadas pela escola e as formas não-padrão usadas pelos falantes rurais. Tais diferenças acabam por originar toda a rede de conflitos psicossociais na medida em que as referidas formas não-padrão (polarizadas) são percebidas pela escola como formas ilegítimas, de baixa categoria. E, uma vez banidas do circuito sala de aula, instala-se toda a problemática da comunicação interdialetoal já que formas padrão, em grande parte, não fazem parte da competência comunicativa da comunidade rural. Observa-se que, em muitas das entrevistas estruturadas com o fim de testar variantes padrão, os falantes rurais reagem com hesitação e insegurança quanto ao conteúdo semântico das sentenças; ou respondem tangencialmente demonstrando total incompreensão; ou lançam mão de 'estratégias de convergência' (BORTONI-RICARDO, 1984 e 1985) em que há pedidos de clarificação para que a interação comunicativa se efetive.

E, assim, diante do não-partilhar de regras gramaticais fica evidenciado que socioleto não pode ser definido em termos de camadas freqüenciais como propõe Labov e Sankoff (ver Introdução), pelo menos quando se pensa um dialeto tão polarizado como o rural. A situação sociolingüística urbana, penso, é diferente; há uma maior gama de variantes coexistindo e, aí, sim, pode-se falar em socioleto enquanto caracterizado por camadas freqüenciais, ou seja, a freqüência diferenciando os grupos sociais da comunidade. Aliás, é o que, indiretamente, parece afirmar Bortoni-Ricardo (1985) quando, ao analisar o processo de difusão dialetoal no repertório de falantes rurais que se deslocam para regiões urbanas, conclui que regras marcadoras da fala rural que eram quase que categorias tendem a se tornar variáveis.

## NOTAS

*Agradeço as valiosas sugestões do Prof. Dr. Fernando Tallo e a boa vontade com que leu e releu este trabalho.*

<sup>1</sup>A região rural pesquisada pertence à micro-região Sanfranciscana.

na de Januária no alto-médio São Francisco - MG. Parte dos dados que compõem a amostra utilizada na análise integrada o corpus coletado em função da pesquisa "Comportamento Lingüístico do Dialeto Rural" da mesma autora (Tese de Mestrado). Os informantes foram escolhidos em razão das seguintes variáveis: nativo da região, totalmente sem escolaridade, ambos os sexos e idades variadas.

<sup>2</sup>Agradeço a colaboração da Professora Mônica Tavares, sem a qual seria impossível os dados referentes às redações escolares de 1º grau - camada popular.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS VEADO, R.M. **Comportamento lingüístico do dialeto rural**. BH, UFMG/PROED, 1982.
- BORTONI-RICARDO, S.M. "Problemas de comunicação interdialeto". In: **Sociolingüística e Ensino do Vernáculo**, LEMLE, M. (org.), RJ, Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. **The urbanization of rural dialect speakers**. A sociolinguistic in Brazil. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- CUNHA, C.F. **Gramática da língua portuguesa**. RJ, MEC, FENAME, 1972.
- DOWNES, W. **Language and society**. England, Fontana, 1984.
- HYMES, D. "On Communicative competence". In: PRIDE & HOLMES (orgs.), **Sociolinguistics**, Harmondsworth, Penguin, 1974.
- KATO, M. "Projeto e elaboração de material para alfabetização de adulto". In: LOBATO, M. (org.) **Lingüística e o ensino do vernáculo**. RJ, Tempo Brasileiro, 1978.
- LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.
- \_\_\_\_\_. **The study of nonstandard English**. Washington, Center for Applied Linguistic, 1981.
- LEMLE, M. "Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa". In: LOBATO, M.L. (org.) **Lingüística e o ensino do vernáculo**. RJ, Tempo Brasileiro, 1978.
- MARIANO, M. **On passive sentences in English and Portuguese**. Ithaca, 1973 (Tese de Doutorado).
- MATTOSO CAMARA, J. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis, Vozes, 1970.
- NASCIMENTO, M. **Sobre a semântica da passiva**. BH, FALÉ/UFMG, 1979 (Tese de Mestrado).

- PONTES, E. **Estrutura do verbo no português coloquial.** Petrópolis, Vozes, 1972.
- ROCCO, M.T.F. "A linguagem da criança e a TV". In: VIVER, Psicologia, Voar, 1986.
- SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa.** RJ, Acadêmica, 1966.
- SANKOFF, G. A quantitative paradigm for the study of communicative competence. In: BAUMAN & ZHERZER (eds.) Explorations in the ethnography of speaking. Cambridge, Cambridge University Press, 1974.
- TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística.** São Paulo, Ática, 1985.
- RESWEBER, J.P. **A filosofia da linguagem.** SP, Cultrix, 1982.
- SOARES, M. **Linguagem e escola,** SP, Ática, 1986.